

ACTA Nº 13

Aos **vinte e cinco** dias do mês de **Setembro**, do ano de **dois mil e sete**, pelas 09h00, teve lugar, no Auditório da Biblioteca Municipal, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, de cuja convocatória, datada de doze do mesmo mês, constavam da Ordem de Trabalhos os seguintes pontos:

I – Período de “antes da ordem do dia”.
II – Período da “ordem do dia”, com os seguintes pontos: 1º. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal; 2º. Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis; 3º. Lançamento de Derrama para Financiamento de Investimentos; 4º. Artº 48º da Lei das Finanças Locais (lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) – Auditor Externo; 5ª. Regulamento sobre a Gestão do Parque Habitacional Social do Município de Valença; 6ª. Regulamento do Complexo da Piscina Municipal e Court de Ténis de Valença; 7ª. Regulamento da Feira em vigor no município de Valença – Alteração; 8ª. Associação Portuguesa de Vilas Novas Medievais Planeadas; 9ª. Isenção de I.M.T.
III - Período de Intervenção do Público.



I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, às 9h.00, constatada a existência de quórum, deu início aos trabalhos, com a habitual saudação protocolar, fazendo menção que a próxima sessão da Assembleia Municipal, salvo motivos de força maior, terá lugar no salão da Junta de Freguesia de Fontoura.

Foi entregue à Mesa, pelos líderes dos Grupos Municipais respectivos, a justificação das faltas dos membros Dora Ferreira (e Maria João Gonçalves, que seria a sua substituta directa) e José Manuel Monte, tendo a Mesa considerado justificadas todas as ausências e sendo estes, em consequência, substituídos, respectivamente, por Tomás Coelho e Raul Lopes.

A Primeira Secretária, **Dra. Anabela Rodrigues**, fez a leitura resumida do expediente.

Procedeu-se à discussão da **Acta nº12**, intervindo o deputado **Manuel Lopes** para manifestar a sua discordância no que concerne à forma como, na pág. 4, da mesma, foi dada sequência às respostas do Presidente da Câmara às intervenções dos deputados.

O Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, chamou à atenção para a sequência das intervenções com anterioridade daí constantes, concluindo que a dos pontos referidos, contêm as respectivas respostas, pelo que nada haverá a alterar.

Na ausência de refutação, procedeu-se à sua votação e num universo de 35 votantes, registaram-se 0 votos contra, 5 abstenções e 30 votos a favor. **Aprovada por maioria.**

De seguida, foi apresentada, pelo deputado eleito nas listas da CDU, uma **Proposta de Recomendação** – (Anexo 1).

Assim, interveio o deputado **Armando Carvalho**, para salientar que:

1. No Conselho Municipal de Segurança os assuntos focados não têm desenvolvimento - exemplificando com o aterro na Seara sobre o qual, na devida altura, solicitou esclarecimento, continuando a aguardar resposta; e,
2. Concretamente, a Proposta de Recomendação, agora apresentada, tem a ver com um acidente ocorrido entre Gondomil e Friestas, derivado do desnível do piso, o qual já havia sido denunciado pelo conselheiro indicado pela CDU no referido Conselho de Segurança, nada se tendo solucionado.

Relativamente à proposta de recomendação, o deputado **Salustiano Faria**, opinou que este assunto deveria ser tratado pelos respectivos Presidentes de Junta, questionando ainda se o facto de se abrir um inquérito para apurar as responsabilidades, não poderá prejudicar a própria vítima do acidente.

O deputado **Armando Carvalho**, retorquiu que deveriam ser apuradas responsabilidades, independentemente de quem possa vir a ser visado, e no caso concreto de Gondomil, sabe que o Presidente da Junta já alertou várias vezes sobre o problema.

Interveio o Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**, dizendo ter conhecimento da situação, pelo que deu indicações aos Serviços para efectuarem estudo.

Procedeu-se à votação da proposta e num universo de 35 votantes, registaram-se 0 votos contra, 3 abstenções (Salustiano Faria, Conceição Pereira e Maria do Carmo Duarte) e 32 votos a favor. **Aprovada por maioria.**

PERÍODO DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES POLÍTICAS E ÀS INTERPELAÇÕES AO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

Com a concordância do plenário, interveio, à cabeça, o Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**, para, entre o mais:

1. Dar conhecimento que será feita uma última reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento do PDM, onde será votado o parecer final;
2. Informar que este processo passará, a partir desse momento, para o Executivo Municipal, seguindo-se discussão pública; e,
3. Sugerir a realização de uma sessão informal da Assembleia Municipal para discussão deste tema, antes da sua passagem para discussão pública.

Interveio o deputado **Armando Carvalho**, para:

1. Manifestar a sua concordância com a realização de uma reunião informal, propondo, no entanto, que se convidem para a mesma, pessoas externas à Assembleia;
2. Fazer notar que a CDU não pretende endireitar curvas nem que a Câmara as endireite, mas que resolva o problema do desnível das valetas;
3. Dar conhecimento que recepcionou actas da Câmara em duplicado;
4. Insistir na necessidade de reforço logístico e humano no Secretariado da Assembleia Municipal;
5. Relembrar que continua a aguardar resposta aos requerimentos dirigidos à Câmara; e,
6. Enumerar uma lista de interpelações ao Presidente da Câmara, solicitando ao Presidente da Assembleia Municipal que as registe, para poder interceder na obtenção de respostas:
 - a. Se confirma a notícia do jornal “O Valenciano” relativamente à indisponibilidade dos clínicos na resposta à chamada durante a noite e, conseqüentemente, a denúncia do protocolo;
 - b. Porque é que os candeeiros da zona da Alfândega não são os mesmos da Av. de Espanha e se está prevista alguma intervenção integrada para a parte de trás do edifício da Alfândega, englobando as escadas da Gaviarra;
 - c. A que é que se destina o entulho depositado na Estrada da Raposeira;
 - d. Se existe algum cálculo para o preço a praticar em Valença no saneamento e se está calendarizado e regulamentado o início das ligações;
 - e. Se existe solução para o congestionamento do trânsito na confluência da Av. Dr. Tito Fontes com a Casa do Benfica;
 - f. Se está a ser feito algum tipo de monotorização, por parte dos Serviços Técnicos, para o pavimento que está a ceder junto ao Edifício Status;
 - g. Se existe alguma solução para o horário de encerramento do Centro Coordenador de Transportes - uma vez que este não coincide com o horário dos mesmos; e,

h. Se a Agenda 21 e a Comissão de Festas do Concelho de Valença acabaram.

Seguidamente, usou da palavra a deputada **Elisabete Viana**, pronunciando-se sobre a realização de eventos culturais. Quanto à Expominho:

1. Sugeriu seja repensado o programa de animação;
2. Deu conta ter constatado a falta de um espaço para as pessoas poderem jantar condignamente, bem como a existência de stands fechados, e do facto de no módulo de Valença estar uma artesã a executar trabalhos que não se identificavam com a região.

Interveio o deputado **Manuel Lopes** para:

1. Insistir sobre a necessidade de introdução de melhoramentos nas estradas que dão acesso à Escola Primária de Ganfei, que se acham em péssimo estado, em consequência das obras de saneamento;
2. Chamar a atenção para o deplorável estado do piso repostado desde a estrada de S. Teotónio à casa do Padre;
3. Informar que no caminho do emparcelamento só se poder circular a pé;
4. Questionar se os prazos para conclusão da obra de saneamento em Ganfei, ainda não expiraram;
5. Constatar que a empresa Duque e Duque, apesar da má execução das obras na Av. dos Bombeiros e do saneamento em Ganfei, viu adjudicada a empreitada do campo de futebol;
6. Interpelar sobre a fiscalização da Câmara no que concerne à sinalética das obras e ao piso que está a ser repostado em Ganfei;
7. Reafirmar que há seis anos aguarda pela iluminação no adro da igreja de Ganfei; e,
8. Assegurar que há três anos também espera pelas paragens de autocarro em Soutilho e Vilar.

No uso da palavra, o deputado **Dr. Santos Silva**:

1. Informou que prescinde da mesa de apoio para o computador durante as sessões, uma vez que não estão reunidas as condições para utilização do mesmo;
2. Referiu a falta de pontualidade para início da reunião; e,
3. Manifestou desagrado pelo que grassa no site do município.

Pronunciou-se o deputado **João Amorim Dias**:

1. Sobre uma reportagem fotográfica recentemente incluída no jornal “O Valenciano” intitulada “a última morada em Valença”, questionando se foi solicitada autorização aos respectivos Presidentes de Junta para tal, conforme o regulamento;
2. Inquiriu o Representante dos Presidentes de Junta se houve lugar a reunião com os seus homólogos para analisar essa situação; e,
3. Concluiu afirmando que caso não tenha havido consentimento dos Presidentes de Junta, se está perante uma situação de flagrante desrespeito por locais sagrados.

Prosseguiu a deputada **Isabel Andrês** para:

1. Dar nota de várias anomalias na estrada do Bairro Social de Bogim e conseqüente perigo para os utentes dessa via;
2. Questionar o Presidente da Câmara acerca do destino da casa nº 11 do referido bairro, já que continua a servir como vazadouro e depósito de lixo; e,
3. Ser informada de quando terá lugar o lançamento da 1ª pedra da creche de Cerdal, se existe projecto aprovado e para quando o início da obra.

Tomou a palavra a deputada **Dr. Inês Ferreira**:

1. Inquirindo o porquê de actualmente na correspondência da Assembleia Municipal não se colocarem as vinhetas alusivas a S. Teotónio - ao que o **Presidente da Assembleia**, de imediato, esclarece tratar-se de simples lapso, que irá ordenar seja suprido;
2. Chamando a atenção para a falta de segurança dos peões que circulam nas zonas onde decorrem as obras na vila, acrescentando que, em seu entender, essa situação se vai agravar, com o aumento do fluxo destes pelo túnel, na consideração do período em que o trânsito automóvel vai continuar condicionado, pelo que pretende conhecer se vão ser tomadas medidas no sentido de a obviar e quais; e,
3. Dando conta que a placa que proíbe a circulação automóvel, dentro da vila, têm algumas excepções, no entanto, não foi contemplada a Igreja, com todas as actividades que lhe são inerentes.

Seguiu-se o deputado **Salustiano Faria**, que reportando-se a algumas das anteriores intervenções:

1. Elogiou a do deputado João Amorim Dias e na sequência da mesma, disse também lamentar o inserto nessa reportagem;
2. Respondeu ao deputado Armando Carvalho, informando-o que:
 - a) A comissão de festas à qual ele pertencia acabou;
 - b) Para minimizar o caos do trânsito na confluência da Casa do Benfica, existe um acesso pela Urgeira; e,
 - c) Também existe uma curva perigosa na Tomada de Barros e ainda ninguém tentou saber o porquê da sua existência.

Interveio o Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**, para responder às questões e sugestões que lhe foram colocadas pelos senhores deputados. Relativamente à intervenção:

1. Do deputado Armando Carvalho:
 - SAP – o protocolo que foi assinado é para cumprir, senão será denunciado;
 - Postes de iluminação na Av. de Espanha - vão ser outros;
 - Saneamento - é do conhecimento da Assembleia Municipal o que foi estabelecido na concessão;
 - Cruzamento desde a Casa do Benfica até à Av. Dr. Tito Fontes – é uma obra de difícil resolução dada a configuração do espaço e a proximidade das construções à estrada;
 - Zona do Edifício Status - existe um projecto, em fase de execução, para reconversão de toda a Av. S. Teotónio;
 - Centro Coordenador de Transportes – a instabilidade das empresas que o utilizam, dificulta a fixação de horários;
 - Agenda 21 – continua a decorrer; e,
 - Comissão de festas do concelho - espera que haja nova iniciativa de particulares.
2. Da deputada Elisabete Viana:
 - Referiu que é cada vez mais difícil organizar iniciativas do género, no entanto vai ser persistente, no sentido de introduzir melhoramentos nas próximas edições.
3. Do deputado Manuel Lopes:
 - Confirmou a existência de problemas com a empreitada de saneamento na freguesia de Ganfei e, pelo incumprimento de prazos, existe um processo de multa à empresa;
 - Elucidou que se foi atribuída a obra do campo de futebol à mesma empresa, é porque:
 - primeiro, se esta apresentou proposta, significa que estava habilitada a concorrer; e,
 - segundo, em concurso público entrega-se a obra à melhor proposta; e,
 - Quanto à iluminação da igreja e paragens do autocarro nada tem a acrescentar.
4. Do deputado Dr. Santos Silva:

- Que o site da Câmara, nos moldes em que se encontra, vai desaparecer e que no âmbito do programa “Minho Digital”, irá ser criado um novo, com actualizações automáticas.

5. Da deputada Isabel Andrés:

- Esclareceu que o problema do pavimento vai ser solucionando de forma a não acarretar problemas de segurança. Mas, obras de fundo terão de ser solucionadas pela empresa - a qual tem um processo judicial a decorrer; e,
- A casa nº 11 de Bogim também está em contencioso por falta de pagamento de rendas, mas desconhecia que era utilizada como depósito de lixo e, no que respeita à creche, acha-se aprovada a candidatura, estando para breve a abertura de concurso para a empreitada.

6. Da deputada Dra. Inês Ferreira:

- Disse concordar com as críticas relativas às obras e já teve vontade de as mandar parar. No entanto, teve que ponderar as consequências práticas e implicações desse acto; e,
- Haver conhecimento das deficiências estando estas devidamente documentadas para apurar responsabilidades, existindo autos registados com menção de “não conformidade”. Os apresentados planos de segurança sectoriais, por períodos, na prática, não são correctamente implementados.

O Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, pelas 10h.20, interrompeu os trabalhos, retomando a sessão às 10h. 45.



II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º Ponto

Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal – Anexo 2

Usou da palavra o deputado **Armando Carvalho**:

1. Reportando-se ao protocolo relativo ao SAP, volta a questionar se os clínicos não se dispuserem a atender às chamadas nocturnas este se mantêm ou é passível de denúncia;
2. Percute não saber se os postes de iluminação na Alfândega são os mesmos que na Av. de Espanha e questiona onde estão as ligações;
3. No que concerne ao saneamento disse pretender apurar para quando as ligações das casas particulares à rede e qual o preço;
4. Relativamente ao edifício Status, diz afigurar-se-lhe que mais uma vez os dinheiros públicos é que vão pagar serviços privados; e,
5. Quanto ao Centro Coordenador de Transportes, conclui que se o mesmo tivesse uma correcta gestão, se poderiam endossar responsabilidades às empresas transportadoras.

Interveio o deputado **Manuel Lopes**:

1. Questionando o porquê de só agora se aplicarem multas nos atrasos das obras;
2. Em resposta ao Sr. Salustiano Faria e no que concerne ao desvio do trânsito pela Urgeira, indaga sobre onde estão os semáforos solicitados para a zona do Merendola e os passeios de acesso à zona escolar;

3. Constatou que relativamente à iluminação pública nada se fez e interpela o Presidente da Câmara sobre a necessidade de terem que ser os vereadores a deslocarem-se às freguesias para saberem se estas necessitam ou não de iluminação;
4. Disse estar convicto que o PDM será um “rebuçado” para as próximas eleições;
5. Perguntou se no que diz respeito às águas não se estará a caminhar para uma privatização;
6. Afirmou que o Sr. Rui Marrucho, na qualidade de Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia, não ouve as reclamações dos mesmos, nunca os defende, pelo que, a partir desse momento, deixa de ser seu representante, sugerindo-lhe ainda que se demita do cargo;
7. Indagou sobre a utilidade do Mercado das Lavradeiras, em Valença;
8. Referenciou várias deficiências nas obras da fortaleza, exemplificando;
9. Denunciou a não resolução dos problemas das tampas de saneamento da Av. Dr. Tito Fontes;
10. Questionou sobre a problemática relativa aos arrumadores de carros e às condicionantes geradas nas zonas de predominância da etnia cigana; e,
11. Interpelou sobre as poucas quantidades de material, concretamente papel, distribuído às escolas.

Seguiu-se o deputado **João Amorim Dias**:

1. Na constatação da ruína do passeio e da rampa de acesso ao edifício Status, questionou o Presidente da Câmara sobre o que há de público e privado nessa obra;
2. Manifestou a sua preocupação com a questão da mobilidade em algumas zonas de Valença, nomeadamente no passeio do Jardim Municipal que se encontra obstaculizado por um candeeiro e, na marginal da Senhora da Cabeça, pela reentrância que existe no passeio, entre a madeira e o mosaico; e,
3. Alertou ainda para o facto do fontanário que se encontra na escadaria do Monte do Faro ter deixado de jorrar água.

Usou da palavra o deputado **Alberto Vilas** para:

1. Inquirir o Presidente da Câmara sobre quem vai informar a população das alterações advindas da assinatura do protocolo com o Ministério da Saúde; e,
2. Questionar se a posição dos clínicos impede ou não que o protocolo entre em vigor e, caso contrário, como fica a situação.

Interveio o deputado **Salustiano Faria** para:

1. Constatar que alguns deputados da Assembleia estão a valorizar demasiado as suas intervenções;
2. Fazer notar ao Presidente da Junta de Ganfei que os semáforos do Merendola eram prioritários relativamente aos do Barroso, devendo ser esta a luta que ele teria de ter travado enquanto Presidente de Junta; e,
3. No que concerne ao condicionamento do trânsito, no acesso à Igreja, tal já haver sido denunciado pelo pároco nas respectivas celebrações litúrgicas.

O Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**:

1. Reportando-se às questões respeitantes ao SAP, deixou claro que se a partir do dia 1 de Outubro o modelo médico de resposta, à chamada, não for cumprido, a alternativa é manter o SAP em funcionamento até à chegada da viatura de suporte de vida;
2. Referiu ainda que não era sua vontade assinar o protocolo, mas, considerando que os demais concelhos afectados por esta alteração chegaram a acordo com o Ministério, em consciência, concluiu que existindo uma unidade móvel para serviço de urgência, os cuidados, em termos de efectiva emergência médica, vão melhorar;
3. Garantiu que só se entrará nesta nova modalidade a partir do momento em que os meios acordados estejam funcionais, caso contrário, não terá qualquer problema em denunciar o protocolo;

4. Acrescentou que os postes para iluminação da Alfândega são diferentes dos actuais e, a escadaria da Gaviara não vai ser alvo de intervenção;
5. Salientou que o preço das ligações particulares à rede, depende exclusivamente das orientações políticas no município;
6. Esclareceu que na Av. S. Teotónio só se vai intervir no espaço que é de domínio público;
7. Deu nota que as multas das empreitadas em atraso já se aplicam há algum tempo;
8. Relativamente aos semáforos, segundo informação da DGE, está prevista a sua colocação nos cruzamentos do Merendola e Verdoejo;
9. Referiu que Valença é o concelho do distrito que mais gasta em iluminação pública e, não colocando em questão a competência dos Presidentes de Junta no aquilatar da necessidade de pontos de luz, disse que compete à Câmara estabelecer racionalidade em termos de aplicação dos meios;
10. Deu conhecimento que o PDM está pronto para discussão pública;
11. Destacou que, se futuramente as Águas de Portugal acabarem por privatizar a água, a baixa desta e do saneamento não deve ser entregue a nenhuma destas estruturas, sendo que o investimento feito no distrito era impossível de sustentar por cada um dos municípios envolvidos;
12. Manifestando desagrado, concluiu que a força não é meio dissuasório para impor que as lavadeiras fossem para o Mercado que se lhes acha destinado;
13. Considerou de difícil resolução a questão dos arrumadores de carros, na ponderação das questões sociais que encerram;
14. Relativamente às pessoas de etnia cigana, tem que se ter em conta a sua integração comunitária – o que não invalida que a Câmara Municipal abdique das suas responsabilidades, pelo que corre termos processo judicial para demolição das barracas;
15. Comentou, relativamente ao material escolar, que a Câmara, mediante informação prestada pelo agrupamento escolar, transfere suficientes verbas para despesas com equipamento escolar e limpeza;
16. Pronunciou-se sobre a dificuldade na separação do que é público e privado (exemplificando com o edifício próximo da Alfândega, no qual, havendo um terreno que parece o ideal para a instalação do gás, não se consegue, com rigor, apurar se este é público ou privado); e,
17. Focando o tema da mobilidade, designadamente com o candeeiro no passeio do Jardim Municipal, referiu que estão a ser tomadas medidas para afastar tais obstáculos.

Interveio o deputado **Armando Carvalho**, para:

1. Esclarecer que na reunião celebrada com os líderes dos grupos municipais, antes da assinatura do protocolo relativo ao encerramento do SAP, deixou claro que a sua posição era de não o assinar;
2. Não se conformar, com o que é dito, no sentido de que depende da autarquia aceitar ou não os preços impostos pelas Águas do Minho e Lima no que concerne ao saneamento; e,
3. Referir que relativamente ao modelo de gestão das Águas, não concorda quando o Presidente diz que a autarquia não poderia assumir estes custos, pois poder-se-ia ter pensado num modelo de gestão intermunicipal.

Retomou, então, a palavra o deputado **Manuel Lopes**, e, no uso dela:

1. Esclareceu que com a pergunta relativa à empreitada no campo de futebol do Valenciano, pretendia saber se o concurso foi público ou limitado;
2. Questionou como é que uma única viatura médica vai socorrer, em freguesias distintas do concelho, duas situações de urgência, em simultâneo;
3. Afirmou que onde se consome mais energia, é na vila; e,
4. Disse não ficar surpreendido se futuramente o governo vier a privatizar as câmaras.

Usou da palavra o deputado **João Amorim Dias** para manifestar a sua concordância quanto à questão da dificuldade na determinação do que é domínio público e privado, tanto mais tratem-se de problemas herdados. Pugna, no entanto, ser chegado o momento de cuidar-se destas situações.

Interveio o deputado **Alberto Vilas**, dizendo que constata da informação prestada pelo Presidente da Câmara, que mais importante que a assinatura do protocolo, é a posição dos clínicos, pelo que, então, sugere que se faça um acordo com os mesmos, por forma a que nunca encerrem as urgências em Valença. Concluiu que a população valenciana não sai favorecida com a assinatura deste protocolo e interroga o porquê da Comissão Concelhia de Saúde não se ter pronunciado sobre o tema.

O Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, de imediato, esclareceu que a referida comissão foi extinta, por força da Lei.

O Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**, usou novamente da palavra:

1. Informando o deputado Armando Carvalho que o investimento feito no distrito relativo às águas, mesmo com o modelo por este apresentado, não era possível concretizar; e,
2. Dando conta, ao deputado Manuel Lopes, que a unidade de emergência não irá funcionar sozinha, pelo que, existindo situações de urgência, em simultâneo, há apoio das viaturas do INEM dos Bombeiros e de Viana, assim como dos meios aéreos, concluindo que nesta matéria, os meios a disponibilizar no terreno, serão mais eficazes.

2º Ponto
Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – Anexo 3

Não se registando qualquer inscrição, procedeu-se à votação. Assim, num universo de 34 votantes, verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções, 34 votos a favor, pelo que este ponto da ordem de trabalhos foi **aprovado por unanimidade**.

3º Ponto
Lançamento de Derrama para Financiamento de Investimentos – Anexo 4

O Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, à cabeça, deu nota que a Lei que rege actualmente alterou a base de incidência da derrama.

O deputado **Armando Carvalho** usou da palavra para:

1. Manifestar a sua concordância pelo facto da derrama ser lançada com o objectivo de financiamento da Câmara, discordando, contudo, que não incida sobre o sector financeiro; e,
2. Salientar que grande parte das empresas do concelho não apresentou lucro, pelo que, em Valença, poucas são as que suportarão este 1,5%.

O Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, retomou a palavra e para questionar o Presidente da Câmara acerca da novel previsão de receitas, no sentido de apurar se estas serão de valor superior ou inferior às do ano transacto.

Em resposta, o Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**, disse que se lhe afigura que irá ser de montante inferior, previsivelmente traduzindo uma perda na ordem dos 15 a 20%.

Sobre a questão dos bancos e seguradoras, em matéria de incidência, tem que os municípios já recebem uma quota-parte de derrama sobre estas instituições.

Num universo de 33 votantes registou-se 1 voto contra (Armando Carvalho), 0 abstenções e 32 votos a favor, pelo que foi **aprovado por maioria**.

4º Ponto
Artº 48º da Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) Auditor Externo – Anexo 5

Nenhum deputado se inscreveu para intervir neste ponto.

O Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**, considerou oportuno informar que em cumprimento da Lei das Finanças Locais, os municípios que tenham empresas municipais, ficam obrigados à contratação de um auditor externo, principalmente quando há transferências dos municípios para estas empresas.

Esclareceu, ainda, que foi aberto concurso e este serviço foi entregue a quem apresentou melhor preço.

Num universo de 33 votantes registaram-se 0 votos contra, 1 abstenção (Armando Carvalho) e 32 votos a favor, pelo que foi **aprovado por maioria**.

5º Ponto Regulamento sobre a Gestão do Parque Habitacional Social do Município de Valença – Anexo 6
--

O Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, no uso da palavra, informou que o regulamento em questão, entrará em vigor, como é de Lei, quinze dias após aprovação pela Assembleia Municipal.

Interveio a deputada **Dra. Inês Ferreira**, colocando uma dúvida relativa ao artº 2 do referido regulamento, no que respeita às condições que devem reunir as candidaturas de acesso à habitação social, questionando se estas se têm que verificar cumulativamente ou basta uma.

De imediato, o Presidente da Câmara Municipal, **Dr. José Luís Serra**, respondeu dizendo que se tratam de pressupostos cumulativos.

A deputada **Dra. Inês Ferreira**, retomando a palavra, sugere que o referido artigo seja alterado já que, caso contrário, vê difícil a sua exequibilidade.

O Presidente da Câmara Municipal, **Dr. José Luís Serra**, aduz já estar em prática em vários municípios e que, devidamente analisado se lhe afigura inexistirem problemas sob o ponto de vista legal. No entanto, em termos de aplicabilidade, se por qualquer motivo justificado e possível, não responder ao pretendido, remeter-se-á para nova análise.

Num universo de 33 votantes registaram-se 0 votos contra, 1 abstenção (Armando Carvalho) e 32 votos a favor, pelo que foi **aprovado por maioria**.

6º Ponto Regulamento do Complexo da Piscina Municipal e Court de Ténis de Valença– Anexo 7

Usou da palavra o deputado **Dr. Santos Silva**, para:

1. Questionar se as correcções respeitantes ao Regulamento da Piscina Municipal sugeridas na anterior sessão da Assembleia, foram à reunião de Câmara; e,
2. Salientar que não encontra base legal para a exigência do atestado médico.

Em resposta, o Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**, informou que o regulamento voltou à reunião do executivo e que a exigência do atestado médico tinha a ver com a robustez física para utilização do equipamento - pretendendo-se, dessa forma, garantir que, pelo menos, no início da época, nenhum utente da piscina seja portador de doença infecto-contagiosa.

Retomou a palavra o deputado **Dr. Santos Silva**, para reafirmar que relativamente à questão do SAP, os autarcas foram enganados, considerando que não vai haver dinheiro para implementar estas alterações.

Quanto à exigência do atestado médico, reitera não concordar que se legisle só por legislar, uma vez que, aquando da apresentação do atestado médico, a pessoa pode estar de perfeita saúde, e após, contrair alguma enfermidade.

Prosseguiu o Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**, que disse concordar que durante o período de utilização da piscina o utente pode vir a contrair doença, independentemente do atestado apresentado inicialmente. No entanto, no momento em que a vai passar a frequentar há a garantia de não existir qualquer impedimento para tal. Visa-se assegurar a saúde pública sem demasiados incómodos para o utente.

Relativamente ao SAP, assevera que ninguém foi enganado e que as notícias publicadas no jornal “O Valenciano”, carecem de veracidade.

Procedeu-se à votação e num universo de 33 votantes verificou-se o seguinte resultado: 7 votos contra (Santos Silva, Inês Ferreira, Alberto Vilas, José Manuel Veríssimo, Carlos Marinho, Isabel Andrês e Raúl Lopes), 1 abstenção (Armando Carvalho), 25 votos a favor, pelo que foi **aprovado por maioria**.

7º Ponto

Regulamento da Feira em vigor no Município de Valença – Alteração – Anexo 8

O deputado **Armando Carvalho**, pronunciou-se sobre esta matéria, referindo que a alteração no que concerne à obrigatoriedade de liquidar, logo, 50% do valor do espaço, irá originar uma inflação nos custos que se pode vir a reflectir no preço praticado ao público.

Propõe que nas licitações para lugares vagos, se imponha o pagamento imediato – não superior a 10 - 15%, com um prazo de 10 dias úteis para a completa amortização, sob pena de multa e impedimento de renovação do lugar.

Interveio o Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**, dando conhecimento que este modelo de arrematação de lugares também é praticado em Vila Nova de Cerveira e, o preço por m2 nesta localidade é igual ou superior, pelo que não vê relação para que os artigos sejam mais caros em Valença.

Num universo de 34 votantes registou-se: 1voto contra (Armando Carvalho), 0 abstenções, 33 votos a favor, pelo que foi **aprovado por maioria**.

8º Ponto

Associação Portuguesa de Vilas Novas Medievais Planeadas – Anexo 9

Iniciou este ponto o Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, informando que a sede desta associação é:

Colégio S. Jerónimo – Praça D. Luís – Apartado 3060 – Freguesia da Sé Nova - Coimbra

Usou da palavra o deputado **Armando Carvalho**, para:

1. Constatar que o grande objectivo deste documento é manter as vilas como museu ou centros comerciais ao ar livre; e,
2. Indagar se Valença já não faz parte de uma associação desta natureza e se é uma vila medieval.

Interveio o deputado **Dr. José Veríssimo**, afirmando que com a criação deste tipo de associações se descredibilizam outras com as mesmas competências e que não cumprem os objectivos a que se propuseram.

Disse causar-lhe alguma estranheza o facto de no momento em que o associativismo está em crise continuarem a florescer associações.

O deputado **Arqº Alberto Reis**, usou da palavra, apenas para solicitar esclarecimento sobre a designação “Vilas Novas Medievais Planeadas”.

O Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**, desabafou que ele próprio vai colocar a questão em sede de Assembleia Geral, aproveitando para acrescentar que o custo de participar nesta iniciativa, não é relevante.

Retomaram a palavra, por esta ordem, os deputados **Armando Carvalho, Dr. José Veríssimo e Arqº Alberto Reis**.

O primeiro, para dizer que votará contra, pois não concorda que se tenha mais uma despesa primária, sem motivos;

O segundo, para aduzir que a sua intervenção foi no sentido de chamar à atenção de que os objectivos definidos por este tipo de associações nunca são cumpridos.

O último para transmitir que votará favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos.

O Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**, concluiu, afirmando que, só se consegue fazer uma avaliação relativa à concretização, ou não, dos objectivos, assegurando o funcionamento da Associação. Acrescenta que caso não sejam desenvolvidas iniciativas pouco se terá a perder, e que, caso contrário, muito, por certo, haverá a lucrar.

Procedeu-se à votação e num universo de 34 votantes verificou-se o seguinte resultado: 3 votos contra (Santos Silva, José Veríssimo e Armando Carvalho), 3 abstenções (Inês Ferreira, Carlos Marinho e Isabel Andrés), 28 votos a favor, pelo que foi **aprovado por maioria**.

9º Ponto
Isenção de I.M.T. – Anexo 10

O deputado **Armando Carvalho** interveio para questionar o porquê de estar a ser pedida a isenção da empresa “Funerária Péle”, ao não se ter conhecimento de requerimento neste sentido.

O Presidente da Assembleia, **Dr. José António Nogueira**, chama a atenção para a existência, na documentação de suporte, de uma cópia daquele, exibindo-a.

O Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**, dá conta que o município apenas tem que cumprir os requisitos legais, sendo que, quem decide da isenção são as Finanças.

Tendo-se procedido à votação, verificou-se o seguinte resultado, num universo de 34 votantes: 0 votos contra, 0 abstenções, 34 votos a favor, pelo que foi **aprovado por unanimidade**.

Seguiu-se a leitura e votação da acta em minuta. Num universo de 34 votantes verificou-se o seguinte resultado: 0 votos contra, 0 abstenções, 34 votos a favor, pelo que foi **aprovada por unanimidade**.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveu-se a munícipe **Maria José Garcia Alves**.

O deputado **Rui Marrucho**, pretendeu inscrever-se para intervir neste ponto da ordem de trabalhos.

O Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, teve que aos senhores deputados não deve ser permitido o uso da palavra nesta sede. Contudo, porque de um caso omissivo no Regulamento se cuidava, manifestou intenção de ouvir o plenário, antecipando eventual recurso.

Interveio, então, a Primeira Secretária da Mesa, **Dra. Anabela Rodrigues**, que recordou que em caso similar, com anterioridade, foi permitido o uso da palavra neste ponto da ordem de trabalhos a membro da Assembleia Municipal.

O Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, então, lembrando a especificidade do disposto em sede regimental, deu conta que iria permitir o uso da palavra ao deputado **Rui Marrucho**, adentro e na observância dessas condicionantes.

Dada a palavra à munícipe **Maria José Garcia Alves**, esta questionou acerca da inexistência de tampas nos contentores da Rua de Santa Luzia e sua falta de limpeza.

O Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**, informou ter sido já solicitada à empresa responsável a substituição desses contentores.

Tomando a palavra o deputado **Rui Marrucho**, solicitou aos Presidentes de Junta a concessão de uns minutos, para debaterem a notícia publicada no jornal “O Valenciano” e informar que vai equacionar a sua demissão do cargo de Representante dos Presidentes de Junta, desde que o deputado Manuel Lopes venha a ser candidato ao mesmo.

Neste ponto interveio o Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, que lhe retirou o uso da palavra, com fundamento em violação do estabelecido no Regimento, a propósito.

O Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, agradeceu a presença de todos e, pelas 13h20m, deu por encerrada a sessão.



Para constar e para os devidos efeitos legais, se lavrou a presente acta, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José António Lopes Nogueira**, e

Assembleia Municipal – Acta nº.13
Sessão Ordinária de 25 de Setembro de 2007

pela **Técnica Superior de Relações Públicas de 1ª Classe, Cidália Cristina Martins Marques Brandão do Paço**, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Técnica Superior de Relações Públicas
